



Pedagogia Feminista Negra: caminho para a liberdade das senzalas modernas¹

Black Feminist Pedagogy: the way to the freedom of the modern slave quarters

 **Dávila Carolina Inácio de Souza**

Mestranda em Educação
Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú - IFC - Cam.
Porto Belo, Santa Catarina – Brasil.
davila.dcg@gmail.com

 **Isisleine Dias Koehler**

Mestranda em Educação.
Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú - IFC - Cam.
Camboriú, Santa Catarina – Brasil.
isis.kdias@gmail.com

 **Idorlene da Silva Hoepers**

Doutora
Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú - IFC - Cam.
Itajaí, Santa Catarina – Brasil.
idorlene.hoepers@ifc.edu.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer a respeito da importância histórica e social da pedagogia feminista negra no âmbito educacional, por entendermos que um único viés feminista não engloba as pautas de todas as mulheres. A partir da compreensão sobre a temática e tendo-a como base teórica, optamos por utilizar a metodologia bibliográfica e como referencial teórico, principalmente, intelectuais feministas negras, a exemplo de Lélia Gonzales (2020); bell hooks (2015); Ângela Davis (2011-2017); Kimberlé Crenshaw (2002); Sueli Carneiro (2002); Sojourner Truth (1851). Além disso, nos utilizamos do viés decolonial, problematizando como o padrão eurocêntrico imposto pelos colonizadores, levou a este conjunto de opressões interseccionais, como as sexuais, de raça e de gênero, entre outras. Deste modo, consideramos que escrever a respeito da pedagogia feminista negra já é subverter currículos opressores que continuam a reproduzir questões étnico-raciais na perspectiva eurocêntrica, invisibilizando a produção de conhecimento realizada por mulheres negras.

Palavras chave: educação; gênero; interseccionalidade; Pedagogia Feminista Negra.

Abstract: The goal of the actual paper is to discuss about the historical and social main on the black feminist pedagogy in schools, because we understand that a single feminism does not take care on all the women's schedule. From the understanding about the theme and its theoretical references, mainly black feminists intellectuals, such as Lélia Gonzales (2020); bell hooks (2015); Angela Davis (2011-2017); Kimberlé Crenshaw (2002); Sueli Carneiro (2002); Sojourner Truth (1851). Furthermore, we use the decolonial viewpoint, problematizing the eurocentric patterns imposed by the colonizers have produced the sets of intersectional oppressions, as the sexual, races and gender ones, and so on. In this way, we consider that writing about black feminism pedagogy is already subvert oppressive curricula that keep reproducing ethnic racial on the eurocentric point of view, making invisible the knowledge production made by black woman.

Keywords: education; gender; intersectionality; black woman pedagogy.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

SOUZA, Dávila Carolina Inácio; KOEHLER, Isisleine Dias; HOEPERS, Idorlene da Silva. Pedagogia Feminista Negra: caminho para a liberdade das senzalas modernas. *Dialogia*, São Paulo, n. 42, p. 1-18, e22469, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/42.2022.22469>.

American Psychological Association (APA)

Souza, D. C. I., Koehler, I. D., & Hoepers, I. da S. (2022, set./dez.). Pedagogia Feminista Negra: caminho para a liberdade das senzalas modernas. *Dialogia*, São Paulo, 42, p. 1-18, e22469. <https://doi.org/10.5585/42.2022.22469>.

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil - CAPES

Introdução

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e tem por objetivo discutir a respeito das questões de gênero no âmbito educacional, com enfoque na pedagogia feminista negra. Entendendo a relevância da temática, optamos pelo recorte de raça e gênero, voltado especificamente para mulheres negras, partindo da perspectiva de que um modelo único de feminismo não abarcaria demandas de mulheres negras, que vivenciaram por séculos um processo escravista que as colocava em situação de desumanidade. Assim, entendemos ser necessário fazer uma contextualização histórica, a respeito da mulher negra em diálogo com o conceito de raça, gênero e interseccionalidade.

A partir da compreensão sobre a temática feminismo negro e tendo-a como base teórica, optamos por utilizar a metodologia bibliográfica e como referencial teórico, principalmente intelectuais feministas negras, a exemplo de Lélia Gonzales (2020); Bell hooks (2015); Ângela Davis (2011-2017); Kimberlé Crenshaw (2002); Sueli Carneiro (2002); Sojourner Truth (1851), entre outras. Utilizaremos ainda Kabengele Munanga (2004), teórico negro, que auxiliará no que se refere a compreensão do contexto histórico pós-abolição da escravatura e o lugar social das pessoas negras nesse período.

Se durante o processo escravocrata os corpos negros eram vilipendiados, no período pós-abolição, esse cenário teve poucas modificações, uma vez que o Estado não reconhecia os séculos de opressões como sendo um crime. Na perspectiva assumida, não houve inclusão ou integração dos ex-escravizados na sociedade, uma vez que diversas leis foram criadas objetivando a exclusão e marginalização dessa parcela populacional. Uma das leis que merece destaque é a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, que se referia à proibição de frequentar as escolas públicas, tendo como vítimas das múltiplas exclusões, os escravos pretos africanos libertos ou livres e as pessoas com moléstias contagiosas. Essa lei evidencia o abismo social existente entre pretos e brancos no Brasil, mostrando que se trata de uma sociedade alicerçada em bases racistas, e que esse por sua vez é estruturante.

Seria então o sistema educacional utilizado pelo Estado para oprimir as minorias étnicas? Quais as razões de se ter uma lei que proíbe negros de frequentar escolas, se não a permanência da dominação, uma vez que por meio da educação poderia-se alcançar a emancipação e uma possível ascensão social, ao invés da marginalização imposta pela sociedade? Por meio dessas reflexões, é possível perceber que a educação foi, e continua sendo, reservada para uma parcela social

privilegiada, visto que para negros, a realidade é ainda a escolha entre a sobrevivência e a educação formal.

Quando o acesso a um direito básico, como a educação, é negado a uma parcela da população, há impacto em todas as gerações seguintes. No caso da população preta, vemos que mesmo o fato de a lei ter sido revogada não fez com que a segregação, ora silenciosa, ora escancarada, fosse descontinuada. Para além, o preconceito, a exclusão e a falta de políticas de permanência nos espaços educacionais levou e leva estas pessoas a sempre necessitarem optar pela sua sobrevivência.

Essa situação é agravada se voltarmos o olhar às mulheres que, além da exclusão por conta de sua cor, ainda sofrem com um sistema patriarcal, que as priva das esferas públicas por serem mulheres. Mesmo quando a população negra teve acesso à educação, os homens foram os primeiros a acessar, pois às mulheres cabia o cuidado com a casa e os filhos, tarefas estas que, para a organização social vigente, não necessitariam de nenhuma instrução.

Em virtude destas opressões sofridas, o movimento feminista negro sempre lutou contra as opressões de gênero, por perceberem que diversas de suas pautas não eram as mesmas das feministas brancas, que precisavam ser reivindicadas para que realmente se atingisse a igualdade social. Ao mesmo tempo em que mulheres brancas exigiam o direito de votar e trabalhar e ficaram marcadas na história pelo movimento sufragista, estas mesmas oprimiam outras mulheres dentro de suas casas, colocando-as em posições de servidão.

Assim, as lutas e conquistas das “feministas”, foram colocadas todas no mesmo “barco” e ao mesmo tempo foi invisibilizado todo o processo muito mais doloroso de luta pelo qual mulheres negras precisaram passar para conquistar seus direitos básicos. Enquanto umas lutavam pelo direito de trabalhar, outras já trabalhavam desde muito jovens para garantir a subsistência. É seguindo esta linha de pensamento que elaboramos o presente texto, de modo a evidenciar as pautas educacionais do feminismo negro e também como mecanismo de luta, pois para além de um artigo acadêmico, este texto possui um cunho de defesa política. Após tecidas as considerações iniciais, no próximo item, discutiremos o feminismo negro e a educação.

O Feminismo Negro: gênero, raça e interseccionalidade

Para início da discussão, consideramos importante fazer uma contextualização a respeito do termo gênero, que era bastante utilizado com o intuito de qualificar as pessoas, considerando apenas a determinação do fato biológico e as características determinadas de acordo com o sexo, evidenciando que as vivências e relações sociais eram ignoradas. Ao longo dos séculos houve a

naturalização a respeito da categorização de gênero. Como exemplo, citamos o uso do sexo feminino e sexo masculino, que pautado biologicamente, encontra-se naturalizado e enraizado em nossa sociedade. Para a historiadora Joan Scott:

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais (SCOTT, 2005, p. 11).

Deste modo, o conceito de gênero é percebido por meio das diferenças sexuais criando categorias hierárquicas, onde homens e mulheres se veem em uma disputa social e desigual de poder. Em outra perspectiva, ao invés de categorizar homem e mulher, é possível enxergá-los enquanto variáveis, ou seja, pessoas suscetíveis a mudanças e não como sujeitos imutáveis.

Do mesmo modo que o conceito de gênero, o conceito de raça necessita ser historicamente pensado a respeito da gênese do termo, e quais motivações havia para a sua criação. Para tanto, torna-se imprescindível enfatizar que o racismo encontra-se alicerçado no conceito de raça, carregando a concepção ideológica de superioridade e inferioridade racial. A origem da ideologia de raça surgiu coincidentemente junto com o nascimento das Américas e no surgimento do capitalismo colonial moderno, que era eurocentrado, e se desenhava como um novo poder mundial (MUNANGA, 2015).

A principal marca de poder desse período foi a criação de uma classificação social da população mundial, que por meio da ideia de raça provocou uma construção mental pautada no desejo de dominação colonial. Esse conceito se tornou tão enraizado e difundido que embora tenha sido refutado, faz-se uso de tal conceituação até os dias atuais, de modo que as pessoas sejam classificadas, julgadas, discriminadas, violentadas e marginalizadas devido a sua “raça ser inferior”.

Ainda conforme Munanga (2004), no século XVIII o conceito de raça passou a ser utilizado para classificar os seres humanos conforme a sua cor de pele, entre as raças branca, negra e amarela, onde a raça branca era a dominante e a negra, a raça passiva apta a todo tipo de dominação. Com o avanço da ciência, no século XX, por meio de evidências científicas, foi provado não existir o conceito de raça, entretanto, um século após essa descoberta científica, o mesmo continua a ser utilizado e difundido. De acordo com Carneiro:

A constatação da inexistência das raças [...] que a ciência vem nos revelando nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação em nossa sociedade e em ascensão no mundo, o que reafirma o caráter político do conceito de raça e a sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico (CARNEIRO, 2002, p. 1).

Refletindo a respeito da existência biológica do conceito de raça e a manutenção da sua reprodução nos mais diversos âmbitos sociais, percebemos então que a mesma passou a ser utilizada enquanto conceito político e social, pautada em uma construção sociológica e em relações de dominação e exclusão (MUNANGA, 2004). Ou seja, uma sociedade imbuída em uma ideologia cujo objetivo era o de dominação e exclusão, munindo-se de argumentos preconceituosos de fenótipos para justificar tais atos repugnantes.

Para o enriquecimento da discussão, é fundamental que ela seja feita sob a luz da interseccionalidade, partindo do princípio de que diferentes grupos de mulheres estão sujeitas e sofrem opressões e violências distintas. Ao fazermos referências às opressões vivenciadas, consideramos importante ressaltar que raça, gênero e classe são demarcações relevantes, que determinam qual grupo será o mais oprimido. “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nos anos de 1949, surgem os primeiros artigos de teorias feministas que embasam o movimento feminista até os dias atuais. É nesse cenário que vemos a ascensão da escritora Simone de Beauvoir, uma feminista branca, conhecida por seus livros, entre eles, “O segundo sexo”, onde afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, fazendo referência aos papéis de gênero aos quais a sociedade nos impõe. Outra autora chamada Sojourner Truth, fez um questionamento as falas de Beauvoir, dizendo: “E não sou eu uma mulher?” Na *Women’s Rights Convention* em Akron, na cidade de Ohio, nos Estados Unidos, no ano de 1851, nasce então uma das maiores referências no que diz respeito ao feminismo negro.

[...] aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851, s.p.).

Por meio de seus estudos, Truth discute os diferentes modos que mulheres brancas e negras são vistas socialmente. Enquanto mulheres brancas são vistas como frágeis, delicadas merecedoras de afeto e proteção, as mulheres negras são subjugadas, inferiorizadas e silenciadas, e, por vezes, quando “elogiadas”, afirmam que são fortes, apenas mais um argumento para negligenciar seus

corpos. Nesse contexto, Truth diz que mulheres negras estão inseridas como “coisificação” e de não-categoria, buscando desconstruir e ressignificar o termo mulher. Para Collins (2012), o feminismo negro possui o objetivo de falar a respeito das relações de opressões fazendo uso da interseccionalidade, para que desta maneira seja viável que ocorra uma resposta ativista que gere empoderamento daquelas as quais suas pautas e lutas não são abarcadas pelo feminismo branco.

Neste momento, consideramos necessário questionar os motivos pelos quais Beauvoir é conhecida mundialmente como grande nome da luta feminista, enquanto Truth sequer é lembrada em disciplinas que inclusive abordam sobre feminismo; seria a luta feminista uma luta única? É importante lembrar que enquanto as mulheres feministas brancas lutavam pelo direito ao trabalho, as mulheres negras já trabalhavam, por vezes, nas casas dessas mesmas mulheres. Então, fica mais uma pergunta: o feminismo que vemos em redes sociais, que é difundido em livros, disciplinas e em palanque político, inclui as demandas e especificidades de mulheres pretas?

A resposta é que um feminismo único beira ao absurdo; é negar todo o processo escravocrata e as demandas de mulheres que dentro desse feminismo com pautas brancas, continuam a ser invisibilizadas. Conforme Carneiro (2003):

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2003, p. 1-2).

Ao retomar a história das Américas, percebemos que as mulheres negras escravas já eram invisibilizadas desde então, sujeitas a estupro, violências e tendo seus corpos desumanizados por meio do processo escravocrata. Sendo assim, por qual razão o feminismo em sua essência não se pauta nas lutas dessas mulheres, que embora em meio a torturas e exploração, lutavam contra os mais diversos tipos de opressões que sofriam? Porque foi descartada a hipótese de ter a luta dessas mulheres como objetivo fundamental da luta feminista? Arriscamo-nos a dizer que a resposta para tais indagações possa ser a mesma razão pela qual nos debruçamos em estudos feministas de Beauvoir e negamos a existência e luta de Truth.

Embora o feminismo branco lute pelos direitos de mulheres, em sua teoria e prática esquece-se que mulheres pretas também precisam ser contempladas em tais lutas. Se outras

mulheres não percebem a importância de lutas e demandas de mulheres pretas, o que esperar de uma sociedade que encontra-se alicerçada em bases patriarcais, machistas, racistas e misóginas?

Segundo bell hooks (2015), feminista negra estadunidense, o feminismo tem o seu início demarcado, não por meio das mulheres mais oprimidas e marginalizadas, pois essas não só eram invisibilizadas e silenciadas, como também eram impotentes para mudar o contexto no qual se encontravam. Deste modo, a luta feminista tem o seu início pelas mãos daquelas que detinham poder, voz e relevância social, ou seja, mulheres feministas brancas (HOOKS, 2015). É importante lembrar que o contexto da fala da autora se dá embasando-se no conceito de interseccionalidade, tendo em vista que existe diferenciação entre as violências enfrentadas pelas mulheres.

Ainda conforme Angela Davis, há que se enfatizar e ter olhar atento não apenas nas questões de classe, mas também de raça e gênero, tendo em vista que estes são as principais diferenciações,

Claro que a classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas (DAVIS, 2016, p. 7).

Ao tratarmos de discussões que envolvem mulheres negras, torna-se necessária uma resistência que perpassa diversos âmbitos. Levando em conta o contexto no qual nasce a luta feminista, fica explícito que caso mulheres negras, de classe média estadunidense, tivessem iniciado a luta feminista, talvez não estivéssemos atualmente estudando, sequer falando, a respeito do movimento feminista, tendo em vista as questões raciais e a classe em que elas estavam inseridas (HOOKS, 2015), advindas de um contexto de diáspora e de escravidão de seus antepassados.

A partir da evidência da existência de privilégio devido a cor, torna-se inegável que nas pautas feministas predominam questões relacionadas ao cotidiano de mulheres brancas. No entanto, em momento algum pretende-se relativizar violências e demandas levantadas por mulheres brancas. Tais demandas abarcam somente outras mulheres brancas, desconsiderando que existam mulheres pertencentes a outras realidades, que possuem outras vivências, ignorando questões ligadas a raça e a classe (HOOKS, 2015).

Ao silenciar grupos historicamente e socialmente marginalizados, as consequências tornam-se gritantes, visto que leva à exclusão de mulheres negras e indígenas, desconsiderando as demais categorias que também não encontram-se incluídas dentro do viés do feminismo branco. Se mulheres negras não são representadas dentro do movimento feminista branco, que tem teorias,

livros e artigos difundidos, fica a indagação: como mulheres pretas estão sendo representadas dentro da academia? Quando e se falado a respeito de questões raciais, essa ocorre por meio de senso comum, com pensamentos e conceitos estereotipados, condescendente e paternalista, objetivando comunicar-se não com mulheres negras ou indígenas, e sim com outras mulheres brancas, tendo o enfoque na mudança de atitude e não no contexto histórico e político da opressão racial (HOOKS, 2015).

Considerando os argumentos aqui expostos, torna-se primordial, repensar o modo como é retratada a história das mulheres não decorrer dos séculos, ou será que não existem mulheres pretas a altura de serem estudadas ao se falar na luta feminista? Não basta a história da ancestralidade negra ter sido deturpada? Mulheres pretas continuarão a ser invisibilizadas também por aqueles que pregam a desconstrução? Desconstrução voltada para quem? Enquanto as portas da academia se abrem, que mulheres pretas continuem a se desvencilhar do padrão e recontar suas histórias, lembrando daquelas que desde sempre foram contra o sistema que lhes dizia sempre não.

Fica então o questionamento de Sojourner Truth (1851) como reflexão, “e não sou eu uma mulher?”. Carneiro (2004, p. 286) também nos convida a refletir, quando questiona:

Até quando mulheres pretas serão invisibilizadas? Seria a mulher negra o próprio antagonismo das mulheres brancas? Constantemente estereotipadas como sendo a mulher bestializada, desumanizada, promíscua e lasciva, além de feias, dotadas de sobre-força e trabalhadoras adequadas para serviços desumanizados.

Em tempos de facismo, propagando ódio e discriminação, logo dirão, que a academia não é para pretos, e quem lutará por nossos direitos, se não aqueles que também carregam em seus corpos a marca desumanizada desde a escravidão? É preciso compreender a função da pedagogia feminista negra para pessoas negras se emanciparem e compreender a sua ancestralidade, além de entendermos como os currículos podem auxiliar na libertação dos povos pretos das senzalas modernas.

Deste modo, a seguir discorreremos a respeito dos processos educacionais e a sua importância para uma educação antirracista.

Em busca de currículos que contemplem as muitas histórias

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida (ADICHIE, 2009, p. 3).

Ainda que o enfoque do presente trabalho não esteja voltado para o viés escravocrata, para compreendermos as razões pelas quais as histórias da população negra foram sempre contadas por

meio de narrativas eurocentradas, se faz necessário a realização de um resgate histórico. Fazemos então o seguinte questionamento, o qual pretendemos responder no decorrer da escrita: Embora tenha ocorrido a abolição, os negros deixaram de ser cativos? No dia 13 de maio de 1888, os negro até então escravizados, passaram a ser considerados libertos, na teoria, pois na prática permaneceram reféns de um sistema cujo objetivo era o de exclusão, marginalização, branqueamento e extinção de negros retintos. Esse trecho lhe gerou surpresa? Vamos empretecer a história dos negros brasileiros, e mostrar um outro viés histórico.

Embora a abolição da escravidão tenha ocorrido, documentos históricos mostram que ao invés de se pensar e estudar meios para incluir essa parcela populacional recém liberta, dando-lhes dignidade e garantia a condições sócio econômicas, o Estado procurou estabelecer medidas que garantissem a marginalização da população de ex-escravizados. Foram referendadas uma série de leis cujo objetivo era o da marginalização dessas pessoas, sendo elas: a lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, primeira legislação brasileira sobre educação, que “proibia de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como lei de posse de terras e instituída ao final do processo escravocrata, buscou meios para que a população até então escravizada não se apossasse de terras. Sendo assim, passou-se a exigir que as terras fossem compradas ou doadas pelo Estado, entretanto aqueles que já possuíam terras ganharam posse sobre elas.

A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como lei do ventre livre, garantia que filhos de mulheres escravizadas que nascessem após essa data, nasceriam libertos. Entretanto, essas crianças, ainda que libertas, permaneciam sendo escravizadas, uma vez que continuavam ao lado de suas mães, ou seja, libertos na teoria e escravos no dia-a-dia, exercendo o seu direito à liberdade apenas quando suas mães também eram libertas.

Temos ainda a lei do sexagenário, lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Aqui se faz necessário trazer uma indagação: como pessoas escravizadas, sendo tratadas de formas desumanas, conseguiriam alcançar os 60 anos? Para além disso, os que alcançaram, em quais condições se tornaram livres?

Trazemos novamente a data de 13 de maio 1888, observando que todas as leis anteriormente citadas, ocorreram antes da abolição da escravidão. Os dados históricos nos mostram que ao invés de um plano de inclusão social dos ex-escravizados, foram pensados em meios de marginalizá-los, desumanizá-los e impedi-los, ainda que libertos, de conquistar direitos básicos para sobrevivência, como dignidade, estudos e terras. A lei de nº 1 é a evidência de que

desde 1837 o espaço educacional é reservado para uma parcela populacional que não a negra. Embora atualmente os negros tenham direito ao acesso à educação, o Estado continua a falhar no que se refere à políticas de permanência, uma vez que ainda hoje crianças e jovens negros contribuem diretamente para a composição de renda de suas famílias, ou seja, entre educação e alimentação, a alimentação estará sempre a frente.

Por meio das legislações apresentadas, é possível compreender a importância de políticas educacionais voltadas ao acesso e permanência de pessoas negras no âmbito educacional, e o quão libertador pode ser para estas conhecerem a história do seu povo, por uma perspectiva que não apenas focaliza as mazelas escravagistas. O ensino da história e cultura afro-brasileira também é uma política de permanência, uma vez que compreender o *status quo*, auxilia no pertencimento dos corpos negros que a sociedade insiste em excluir e marginalizar.

Ainda como parte de um plano estrutural e sistêmico de exclusão de pessoas negras, temos a ideia da tese do branqueamento, que tinha por objetivo a erradicação de negros retintos ao longo das décadas, fato que ocorreria por meio da miscigenação, constantemente celebrada e vangloriada em território brasileiro. Essas miscigenações ocorreram por meio de violências, genocídio e estupros, entretanto era preciso fazer com que as pessoas acreditassem se tratar de uma ideia inclusiva, que unificaria os povos de todas as etnias, dando fim aos preconceitos raciais. É nesse contexto que Gilberto Freyre, autor do livro “Casa grande e senzala” (1933), romantizou o processo de miscigenação, escrevendo que as relações eram amorosas, consensuais e que graças à miscigenação o Brasil estava unido como um só povo e uma só raça, passando a ideia de harmonia social, preceitos difundidos ainda na atualidade.

A tese do branqueamento e o racismo científico, não afetaram apenas aspectos sociais no que diz respeito a pigmentocracia da população brasileira, está diretamente ligada ao fato de os currículos não darem ênfase nas discussões étnico raciais, uma vez que em um país de convivência harmoniosa não se faz necessário abordar questões relacionadas à mazelas praticadas no passado. No entanto, os negros brasileiros, em decorrência da falta de currículos que abordem questões étnico-raciais, ainda vivenciam um processo de ausência de consciência racial.

O estereótipo eurocêntrico acaba possuindo destaque, sendo o ideal a ser alcançado, lido socialmente como bonito, limpo, educado, gentil, enquanto que para aqueles que possuem fenótipos ligados a pessoas negras são excluídos, grosseiros, sujos, feios, ou seja, não são um ideal de padrão social aceito. Esta realidade impele que pessoas negras desejem alcançar o ideal de beleza branco para ser aceito socialmente, o que ainda assim não ocorre. Podemos, ainda, analisar o currículo como forma de propagação dessa desumanização, uma vez que em termos legais, a Lei

nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, o que garante pelo menos na teoria que não será mencionado o povo negro, apenas quando se falar da escravidão, mas também de suas contribuições sociais, políticas e econômicas (BRASIL, 2003).

Se inicialmente o ambiente escolar e os currículos oprimiam descaradamente por meio da segregação e invisibilização, hoje ele mascara esta opressão, deixando a cargo do currículo oculto. Apoiar-se na Lei que obriga a abordagem das questões étnico-raciais para tratá-las, quando o fazem, de forma rasa, muitas vezes carregada de preconceito e que continua a manter o padrão hegemônico do conhecimento. A criação do Parecer nº 003/2004 do Conselho Nacional de Educação, que defende a criação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e dentre outras coisas, fortalece a Lei nº 10.639 ao recomendar que os cursos de formação de professores capacitem os futuros docentes a ministrar tais conteúdos. Vemos ainda uma necessidade da reformulação ampla dos currículos, pois o que acontece muitas vezes é que elaboram-se conteúdos apenas para cumprir as recomendações e não para de fato construir uma discussão crítica com relação às pautas.

Percebemos, também, que esta mudança nos currículos é importante quando olhamos para as bibliografias basilares dos cursos de formação de professores, em que raramente obras de autoras negras estão presentes. E não há como garantir que elas estejam nas salas de Ensino Fundamental e Médio se os professores e as professoras as desconhecem. Estas são situações que ampliam o viés da invisibilização como forma de manutenção das relações de poder socialmente estabelecidas e propagadas nos currículos elaborados por aqueles que são historicamente colocados nessa posição de poder. Oliveira (2022, p. 258) apresenta que

Ampliando estudos com essa temática, as socializações se tornarão frequentes e acessíveis. Exemplos de escolas com currículos afrocentrados ou que incorporam a educação antirracista em suas propostas nos ensinam que retomar a nossa história é construir novos futuros. A retórica principal aqui é a de que, no processo educativo, entendido como dinâmico e colaborativo, sempre haverá algo a aprender e vozes a ouvir na constante luta por justiça social.

A partir do que é explicitado pela autora, percebemos que não há caminhos para uma educação antirracista que não perpassa pelas mudanças ativas nos currículos como um todo. Quando se abre espaço para estas discussões por meio dos conteúdos, evidenciamos os processos históricos, culturais e sociais frequentemente invisibilizados. Permitimos um (re)conhecimento que abre portas para que os currículos contemplem as pautas étnico-raciais, e não mais apenas o viés eurocêntrico gerador e propagador de violências silenciosas nos processos de ensino-aprendizagem.

Ainda que tenhamos legislações que garantem o Ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, nem sempre os currículos contemplam de forma efetiva as questões étnico-raciais. Por vezes, os professores e as professoras encarregam-se por conta própria de propagar a educação antirracista, subvertendo o imposto pelo currículo padrão, que acaba por não representar e desconsidera as diversidades sociais, culturais e étnico-raciais existentes. Uma das possibilidades para amenizar tal situação é o ingresso de um maior número de pessoas negras no sistema educacional de Ensino Superior nas mais diversas áreas, principalmente na educação, para que se consiga difundir currículos emancipadores e que contemplem questões étnico-raciais.

Desta forma, podemos pensar não mais em uma pedagogia feminista, mas sim em uma pedagogia feminista negra, que traga as mulheres pretas não apenas para serem discutidas por uma visão escravocrata e colonizadora, mas para participarem das discussões, para ocuparem os espaços, para construir e desconstruir conhecimentos. Pinho (2022, p. 26) apresenta que:

Descrever os fundamentos da pedagogia feminista negra não se trata de mera formalidade, mas sim de apresentar uma posição que, como o pensamento feminista negro, se articula com as necessidades mais urgentes não apenas da população negra, mas de toda a humanidade. Portanto, a síntese apresentada aqui visa oferecer subsídios para a organização do trabalho pedagógico de essência revolucionária, combatendo práticas cissexistas, racistas e classistas, tendo como horizonte uma sociedade cujo princípio seja uma vida plena e não o lucro.

Seguindo a afirmativa da autora, uma pedagogia feminista negra quebraria a lógica social vigente, ao pretender uma mudança no paradigma que leve a um novo olhar para as discussões educacionais. Se a pedagogia é a linha teórica que explica os processos de ensino-aprendizagem, conseqüentemente, esta outra forma de fazer pedagógico levaria a emancipação de um pensamento profundamente ligado às raízes colonizadoras, que exclui de suas bases as autoras negras.

Esta invisibilização também é um posicionamento, pois uma vez que ao excluir as conquistas dessas mulheres, os saberes por elas desenvolvidos e suas histórias, a sociedade entende que as mulheres negras não produzem ciência, não estão e nem devem estar nos espaços formativos, e uma série de outros “nãos” comumente direcionados àqueles que não fazem parte do padrão eurocêntrico. Por isso a importância de se evidenciar as pautas discutidas por estas estudiosas, que possuem não só propriedade acadêmica, mas também a vivência, para falar sobre estas discriminações interseccionais.

Desta forma, consideramos imprescindível que educadores, escolas, gestores e toda a comunidade educacional, estejam envolvidos com uma educação que siga a perspectiva da pedagogia feminista negra. Para que esta seja de fato libertadora e inclua outros saberes, há necessidade de romper os sistemas opressores, racistas, sexistas e machistas, propagados também

por meio das pedagogias atuais, que emergem dos currículos elaborados majoritariamente por aqueles que vemos no centro do poder, a fim de manterem seus privilégios.

Assim, há de ser feita uma crítica com relação a construção destes currículos desde a base. São construídos, selecionados, elaborados e definidos, em sua maioria, por homens brancos, portanto, seguem sendo estes os saberes difundidos em sala. Falamos em “saberes historicamente construídos”, mas vemos apenas uma perspectiva sendo abordada, por exemplo, nos livros de história. E se tudo o que nos foi ensinado até hoje fosse contado sob um outro olhar? Se a aquisição do conhecimento viesse por meio de uma pedagogia feminista negra, será que esses saberes historicamente construídos seriam os mesmos?

Estes questionamentos estão diretamente ligados ao viés decolonial, principalmente quando pensamos no momento em que o Brasil é invadido e estes que chegam impõem um padrão muito claro de quem seriam os detentores do poder. O padrão percebido é exatamente aquele que vemos no centro do controle do poder atualmente, ou seja, ainda há reflexos da colonização em toda a sociedade. A pedagogia decolonial vem para quebrar com esses paradigmas, evidenciar as opressões sofridas e discutir como modificar este sistema estrutural carregado de preconceitos e estereótipos.

Em termos de teoria, como já trouxemos anteriormente, em geral tende-se a utilizar aqueles considerados precursores da decolonialidade, Walter D. Mignolo, Anibal Quijano, Catherine Walsh e María Lugones, porém são todas pessoas brancas. Apesar de trazerem em suas discussões as questões raciais, um dos objetivos já explicitados da pesquisa é o de, sempre que possível, evidenciar autoras pretas, portanto iremos utilizar o feminismo decolonial de Yuderkys Espinosa Miñoso (2014) para o referencial a respeito desta perspectiva. Segundo a autora

El feminismo descolonial elabora una genealogía del pensamiento producido desde los márgenes por feministas, mujeres, lesbianas y gente racializada en general; y dialoga con los conocimientos generados por intelectuales y activistas comprometidos con dismantlar la matriz de opresión múltiple asumiendo un punto de vista no eurocentrado (MIÑOSO, 2014, p. 7).

A decolonialidade está fortemente aliada a vertente feminista negra em conjunto com a ideia de interseccionalidade. Desta forma, procurando investigar como o padrão eurocêntrico imposto pelos colonizadores, levou a este conjunto de opressões sexuais, de raça, gênero, classe, entre outras. Além disso, também ressaltamos que a teoria é composta essencialmente por pesquisadores latinoamericanos, que possuem maior propriedade para falar das mazelas sofridas pelos povos colonizados (MIÑOSO, 2014). Deste modo, entendemos a importância de se ter um currículo decolonial, em virtude deste evidenciar as pautas dos povos latinoamericanos e ser

construído de forma que o padrão hegemônico opressor que se perpetua, seja rompido e, no lugar deste, se construam saberes que estejam de fato ligados a realidade cultural, histórica e social daqueles que foram por muito tempo inferiorizados e oprimidos.

Conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), temos um Ensino Superior de maioria feminina, porém dentro deste grupo, uma esmagadora maioria de mulheres brancas. São necessárias políticas públicas que contemplem o acesso e a permanência de alunos e professores negros nos espaços educacionais, pois sem professores negros continuaremos a perpetuar exclusões. Trazemos aqui uma reflexão: quantas professoras negras tivemos ao longo do nosso processo formativo? Ainda hoje as mulheres negras precisam dividir-se entre afazeres domésticos, estudos e trabalho, o que por vezes as impede de alcançar formação em nível superior. Por isso a importância de políticas públicas de acesso como a lei nº 12.711 e sua ampliação objetivando a permanência.

Enquanto não houverem melhorias no que diz respeito às possibilidades de permanência de pessoas negras no Ensino Superior, continuaremos a indagar: onde estão as autoras, educadoras e teóricas negras? Esse apagamento não se dá apenas devido ao racismo epistêmico, mas também ao racismo institucional que há séculos mantém instituições de ensino elitizadas e reservadas principalmente para homens, héteros e brancos.

Ainda que a escravidão tenha acabado, na teoria, o racismo permanece enraizado nas estruturas sociais, e se fazendo presente no cotidiano das pessoas negras. Se durante o período escravocrata, os escravocratas faziam uso de fundamentos religiosos para justificar os abusos cometidos, no período pós abolição da escravatura fizeram uso do racismo científico, apoiado em teorias Darwinistas, para continuar a justificar exclusão dos negros em detrimento dos brancos. Para Bhabha (2010), a possibilidade de identidade étnica de uma nação se deve às disputas de poder, definindo do mesmo modo os meios utilizados para as parcelas sociais privilegiadas, e os que serão excluídos. Esta possibilidade determina a construção do imaginário de que os hábitos, costumes e cultura dos europeus são superiores e sinônimos de modernidade. Neste sentido, Foé (2013), afirma que a África era vista como um continente sem história, ou seja, sem povos intelectualmente capazes de produzir civilização ou de trazer a modernidade.

É possível perceber que o racismo científico ou racismo epistêmico, que vivenciamos ainda nos dias atuais, é fruto da colonização e todo o seu processo de marginalização e desumanização dos corpos negros. Portanto, é imprescindível e urgente pensar em uma pedagogia feminista negra, que não somente conte a história dos povos negros por meio de um viés decolonial, mas que nos mostre onde estavam as mulheres negras ao longo da história, quantas educadoras negras

referências teóricas e de luta antirracista já tivemos e temos. É urgente pararmos de reproduzir a história e cultura dos negros e africanos pelo olhar estereotipado do colonizador.

Ao analisarmos as bibliografias escolhidas, em sua maioria mulheres pretas, percebemos o quanto o apagamento e silenciamento destas pautas impacta na sociedade atual, uma vez que mesmo com materiais completos e embasamento teórico denso, muitas dessas autoras são invisibilizadas enquanto outras, brancas, são exaltadas e tidas como referências de feminismo. Como é possível que exista apenas um tipo de feminismo difundido socialmente, se existem tantos tipos de mulheres, que sofrem diferentes tipos de opressão? E, ainda, como pode a história seguir sendo perpassada com base em um viés europeu, branco, masculino e heterossexual, se existem tantas referências importantes dentro da pedagogia feminista negra, que trazem um olhar crítico com relação a romantização dos processos opressores pelos quais a população preta passou, sendo constantemente calada, como se não tivesse propriedade para falar sobre a sua própria vivência?

Acreditamos que a educação tem papel primordial nesta mudança de paradigma, uma vez que por meio desta podemos, dentre outras coisas, desenvolver com as crianças um pensamento crítico, desde muito cedo. Além disso, difundir estes conhecimentos é primordial para que se conheça realmente a história das pessoas pretas para além do processo escravagista, mas também suas lutas, suas conquistas, suas grandes pensadoras.

Tendo em vista o que já foi explicitado ao longo deste texto, este estudo se desenvolveu dedicando o enfoque das discussões a estas mulheres pretas, tão marginalizadas e desconsideradas. Percebemos, com base em todas as grandes pensadoras citadas ao longo deste escrito, que não há apenas um “Ser Mulher”; existem múltiplas particularidades que nos compõem e que fazem com que experienciemos as mais diferentes realidades. Se a luta por mudanças no modelo social vigente, não incluir uma educação que considere as pautas da pedagogia feminista negra, tampouco a sociedade se modificará de fato.

Considerações finais

A partir das evidências históricas e dos argumentos aqui apresentados, concluímos que o racismo brasileiro é perverso devido ao modo como são praticados em nosso cotidiano, não agindo apenas nas exclusões e marginalizações, mas também na privação do conhecimento da própria história e cultura afro-brasileira. A história da população branca, é contada de forma positiva, com detalhes sobre pessoas nobres, bonitas, inteligentes, enquanto que as memórias da população afro seguem ocultadas. Indagamos então, essa seria a única forma de se (re)contar a história? Sempre positivando o branco em detrimento dos negros?



Sendo assim, questionamentos a respeito do modo como as histórias são apresentadas e impostas nos currículos, tanto nas escolas, quanto nas universidades, são fundamentais. É essencial o olhar observador, atento e sensível, para (re)pensar as estruturas curriculares, com o intuito de questionar e inserir outras histórias e novas maneiras de contá-las. Histórias que sejam mais plurais e contemplem a diversidade social existente, possibilitando uma visão menos colonial a respeito do mundo no qual vivemos.

Percebemos então, que ao escrevermos a respeito da pedagogia feminista negra, possibilitamos subverter os currículos opressores que continuam a reproduzir questões étnico-raciais na perspectiva eurocêntrica, que invisibiliza as mulheres, ocultando a sua participação na história e nos currículos. Compreendemos, então, que o presente artigo se faz necessário para difundirmos os conhecimentos da pedagogia feminista negra, bem como autoras e teóricas negras, importantes para a construção de currículos descolonizados. Para além de objetivos acadêmicos, esperamos que por meio deste seja possível refletir a respeito dos currículos e práticas de ensino tradicionais, as quais continuam a excluir e ocultar aspectos importantes para a história dos negros no Brasil.

Sendo assim, nosso trabalho objetiva romper os padrões educacionais estabelecidos e auxiliar na defesa política para que a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 12.711/ 2012, leis importantes para a garantia de direitos educacionais da população negra, apliquem-se também na prática e não fiquem restritas somente à teoria. Em tempos de obscurantismo científico, questionamentos à ciência, retirada de direitos e retrocessos, discorrer a respeito da pedagogia feminista negra torna-se um ato político!

“Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, 2017, s.p.). Sendo assim, que mulheres negras continuem a se mover!

Referências

- ADICHIE, C.. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BEAUVOIR, S.. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BEAUVOIR, S.. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BHABHA, H. K.. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003*. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 11 de jun. de 2022.



BRASIL. *Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 20 maio. 2022.

CARNEIRO, S.. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 286-337. (História do negro no Brasil).

CARNEIRO, S.. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHSOKA, TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Cidadania, 2003.

CARNEIRO, S. *Ideologia tortuosa*. In: Revista Caros Amigos. 2003. Disponível em:<http://equipemultilondrina.pbworks.com/w/file/fetch/48266496/Ideologia_Tortuosa.pdf> Acesso em: 30 jun. 2022.

COLLINS, P. H.. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes, et al. *Feminismos Negros*. Madrid: Una Antología, 2012. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2022

CRENSHAW, K.. *A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero*. 2002. Disponível em:<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DAVIS, A.. *Discurso durante a conferência de abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro, em 17 jun. 2017*. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em: 26 jul. 2021

DAVIS, A.. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. 2011. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DAVIS, A.. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOÉ, N.. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica?. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013.

GONZALEZ, L.. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B.. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 16, p. 193, jan./abr. 2015. Disponível em:<<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/15309/10931>>. Acesso: em 26 jul. 2021.



INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior*: Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira>> Acesso em: 22 de jun. de 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Dossiê Violência Contra Mulheres, 2016*. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossiê/violencias/violencia-e-racismo/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MIÑOSO, Y. E.. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*. Buenos Aires, n. 1, p. 7-12, mar./abr., 2014.

MUNANGA, K.. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 15-34, 2004.

MUNANGA, K.. Porque ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 62, p. 20-31, 2015.

OLIVEIRA, L. F. de. A pedagogia Feminista Negra na construção do Projeto Político-Pedagógico. In: PINHO, C. S. B. de.; MESQUITA, T. V. de L. (Org.). *Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações*. São Paulo: Vaneta, 2022. p. 239-260.

PINHO, C. S. B. de. Pensamento Feminista Negro como orientação teórico-metodológica de uma pedagogia revolucionária. In: PINHO, C. S. B. de.; MESQUITA, T. V. de L. (Org.). *Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações*. São Paulo: Vaneta, 2022. p. 17-43.

SCOTT, J.. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

TRUTH, S.. *E não sou uma mulher?*. Discurso foi proferido como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Tradução Osmundo Pinho, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 26 jul. 2021.